



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA 69ª SESSÃO DA  
COMISSÃO ECONÓMICA E SOCIAL PARA A ÁSIA-PACÍFICO (ESCAP)**

**UNESCAP**

**BANGUECOQUE, TAILÂNDIA**

**29 de Abril de 2013**

Exmo. Sr. Thein Sein, Presidente de Myanmar

Exmo. Sr. Gordon Darcy Lilo, Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão

Exmo. Sr. Plodprasop Suraswadi, Vice Primeiro-Ministro da Tailândia

Exmo. Sr. Jan Eliasson, Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas

Exma. Sra. Noeleen Heyzer, Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas e Secretária Executiva da ESCAP

Excelências,  
Distintos Delegados,  
Senhoras e Senhores,

Agradeço a todos vós pela confiança que depositaram em mim e pela grande honra que concederam ao meu país e a mim próprio.

Estou ciente da grande responsabilidade que é assumir a Presidência da nossa Comissão e estou muito grato por poder contar com a liderança especializada da Secretária Executiva da ESCAP, Dra. Noeleen Heyzer.

A sessão anual da Comissão é o fórum intergovernamental mais elevado para o diálogo político sobre questões de desenvolvimento na região Ásia-Pacífico. A sessão da Comissão é a plataforma regional mais abrangente para os nossos 62 Governos, para definir as perspectivas da Ásia-Pacífico relativamente a desafios de desenvolvimento económico e social.

Permiti-me por favor dizer mais algumas palavras.

Distintos Delegados,  
Senhoras e Senhores,

Há 66 anos, o grande e visionário Nehru apelou aos países para se unirem e enfrentarem os desafios da altura, tendo sido formada a Comissão Económica e Social para a Ásia e Extremo Oriente.

Devo dizer que em 1947 eu tinha apenas um ano de idade e o meu povo estava ainda a tentar secar as lágrimas causadas pela devastação da Segunda Guerra Mundial.

Quando, em 1974, a organização mudou de nome para Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico, o meu povo estava, de um modo violento, a pôr fim a 500 anos de domínio colonial, tendo declarado unilateralmente a nossa independência no dia 28 de Novembro de 1975.

Nove dias depois, Timor-Leste foi invadido e ocupado durante 24 anos, o que nos obrigou a uma luta longa e difícil.

É assim uma grande honra presidir hoje a esta sessão da Comissão, sendo também o reconhecimento do espírito combativo e da determinação do meu povo.

Esta sessão da Comissão pretende alcançar um desenvolvimento económico e social inclusivo e sustentável na nossa região.

Numa altura em que grande parte do mundo enfrenta a austeridade, a região Ásia-Pacífico regista progressos notáveis e é a casa de economias emergentes que vêm conduzindo o crescimento global e retirando milhões de pessoas da pobreza. Todos nós devemos ter orgulho em fazer parte desta região que se está a tornar num centro de peso económico e estratégico a nível global.

Embora a nossa região enfrente tensões crescentes, todos acreditamos que os nossos líderes internacionais passarão das palavras proferidas em boa-fé para a tomada de acções construtivas – com participação em diálogo verdadeiro e com um envolvimento activo – para que possamos deixar estas preocupações para trás e incidir nas necessidades dos nossos povos.

O sucesso económico na nossa região já ajudou muitas pessoas a sair da pobreza e tem sido uma inspiração para os países menos desenvolvidos. Parece também que todos nós estamos iluminados pela figura do Século Asiático.

Infelizmente é frequente algum do crescimento económico na nossa região não ser equilibrado, pelo que a desigualdade está a aumentar e continuamos a acolher cerca de dois terços dos pobres do mundo inteiro.

O problema real no mundo de hoje é a necessidade de aumentar o crescimento económico enquanto se reduz a exclusão social e a desigualdade. Por outras palavras, é o confronto entre crescimento do PIB e a pobreza.

Na nossa região podemos dividir os países em pelo menos três níveis de desenvolvimento económico e social (desenvolvidos, economias emergentes e países menos desenvolvidos).

De igual modo, quando lemos as análises dos peritos macroeconómicos ficamos com a impressão de estar perante uma tarefa imensa e difícil, à qual podemos até chamar “Missão Impossível”.

Tenho de reconhecer e valorizar todo o trabalho árduo que nos possibilita um exame muito detalhado de cada país e dos desafios que enfrentam no futuro. Este trabalho permite-nos ter um entendimento mais global da necessidade de trabalharmos em conjunto e da necessidade de alterar a nossa forma de pensar!

Distintos Delegados,

A interdependência da economia actual é um factor que pode ajudar um país a fazer avançar a sua própria política, ao mesmo tempo que cria obstáculos para outros. O problema fundamental prende-se com o desequilíbrio entre países.

Alguns países, e porventura países dentro de uma mesma região, são como corredores amadores numa maratona económica em que competem com corredores profissionais em termos de política comercial, importações e exportações, inflação, investimentos e infra-estruturas essenciais. Na prática os países menos desenvolvidos são simplesmente desqualificados antes do sinal de partida.

Para além disto, os países menos desenvolvidos não são capazes de abordar as suas próprias prioridades a partir de uma longa lista de necessidades com importância idêntica, incluindo:

- Estabilidade
- Cenário político
- Questões dos géneros

- Desemprego
- Educação
- Áreas rurais empobrecidas
- Direitos humanos
- Saúde
- Água, saneamento e energia
- Segurança alimentar
- Ambiente
- E desastres naturais, entre outros.

É por esta razão que estou aqui hoje a aceitar a responsabilidade de presidir a esta sessão.

Com o apoio dos meus colegas, os ilustres Vice-Presidentes, bem como o Secretariado da ESCAP, prometo cumprir as responsabilidades como vosso Presidente em prol de um desenvolvimento económico e social mais inclusivo e sustentável na nossa região.

E estou aqui para lançar um apelo diferente – Todos temos de trabalhar em conjunto para desenhar um roteiro, numa abordagem conjunta com um plano de desenvolvimento integrado regional e sub-regional.

Não é com esforços isolados que poderemos retirar as cerca de 1,5 mil milhões de pessoas de situações de pobreza, fome, doença, exclusão e abandono.

Assim sendo, todas as questões sociais e económicas podem ser abordadas em conjunto, tendo em conta os seus obstáculos e o seu potencial, reduzindo-se as dificuldades que cada país enfrenta por si só e melhorando as capacidades em prol de um crescimento sustentável para todos!

O crescimento económico só pode ser sustentável se dermos prioridade à melhoria do bem-estar social do povo.

Precisamos de alterar os padrões de política macroeconómica demasiado rígidos e pouco úteis que só beneficiam os países ricos, em detrimento dos pobres.

Excelências,  
Distintos Delegados,  
Senhoras e Senhores,

Ainda durante o dia de hoje, este fórum irá considerar o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Quero assim chamar a vossa atenção para uma colaboração nova e importante entre muitas das nações frágeis do mundo – o chamado grupo ‘g7+’.

O grupo foi formado em 2010 para dar uma voz unida a países frágeis e para defender alterações ao nível das políticas de desenvolvimento global. O ‘g7+’ sabe por experiência própria que sem paz e estabilidade é impossível haver desenvolvimento. Não houve uma única nação frágil ou afectada por conflitos a concretizar um só Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Isto significa que não será possível erradicar a pobreza no mundo sem primeiro dar resposta às questões de países frágeis e afectados por conflitos. É por esta razão que as nações do ‘g7+’ estão a trabalhar em conjunto para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 dará resposta à necessidade de paz e estabilidade e que as perspectivas dos Estados frágeis são centrais para o diálogo global.

Senhoras e Senhores,

Em Fevereiro, com o apoio da ESCAP, Timor-Leste organizou uma conferência internacional com o tema “Desenvolvimento para Todos”. A Conferência juntou participantes do mundo inteiro, incluindo África, Ásia e Pacífico. Durante a Conferência foi acordado o “Consenso de Díli”, o qual estabelece as nossas prioridades e esperanças para a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Percebemos que as abordagens padrão ao desenvolvimento não estavam a reconhecer por exemplo que os desafios que enfrentamos nas montanhas de Timor-Leste não são os mesmos que os enfrentados por famílias que procuram sobreviver a uma seca no Paquistão, ou por quem vive num mundo a afundar-se lentamente na imensidão do oceano, tal como acontece em Kiribati.

Da próxima vez temos de incidir não apenas nas metas e alvos, como também nas formas de implementação.

Um aspecto importante a ter em conta é a necessidade de reconhecer que não é possível conseguir desenvolvimento quando um país é frágil, pelo que temos de responder directamente à questão da fragilidade.

E enquanto continuar a haver fome não podemos falar de democracia e liberdade. Precisamos de alcançar a segurança alimentar em nome da nossa humanidade comum.

Deste modo, precisamos de garantir que existe apropriação local do processo de desenvolvimento, para que além de “desenvolvimento para todos” possamos também falar de “desenvolvimento por todos”.

Estou ansioso por trabalhar convosco em prol da paz, do desenvolvimento social e do progresso. Tenho a certeza que todos nós teremos um futuro melhor se trabalharmos juntos e se tivermos determinação e coragem.

Muito obrigado.

28 de Abril de 2013  
Kay Rala Xanana Gusmão